



Relatoria da reunião:

Reunião de identificação de sinergias entre os projetos GEF Áreas Privadas e GEF Pró-Espécies IIS

Data: 27/03/2020 às 16h00 (via GoToMeeting)

Participantes:

Equipe do DECO/MMA: Adriana Bayma, Ísis Freitas, João Arthur Socal Seyffarth, Luana Duarte, Luciane Rodrigues Lourenço Paixão, Luiza Pizzutti, Mateus Motter Dala Senta, Maurício dos Santos Pompeu, Otávio Ferrarini, Rodrigo Vieira.

Equipe do IIS: Bernardo Strassburg, Carlos Scaramuzza, Helena Alves Pinto, Juliana Rocha (relatora), Raísa Vieira (relatora) e Renato Crouzeilles .

Equipe do DAP/MMA: Betânia Fichino, Lia Mendes Cruz e Renata Gatti.

Equipe do DESP/MMA: Camila Oliveira, José Renato Legracie Júnior, Roberta Holmes e Samuel Schwaida

Equipe CGTI: Priscila Costa

Pauta inicial acordada:

1. Apresentação da proposta de modelagem do valor da conservação em áreas privadas pelo IIS
2. Discussão sobre colaboração entre os projetos

Memória:

Rodrigo Vieira (DECO/MMA) introduziu a pauta inicial acordada. Otávio Ferrarini (DECO/MMA) informou que esta reunião foi um pedido da DESP/MMA para saber o que estava sendo feito pelo MMA com relação a espécies ameaçadas, considerando potenciais sinergias e complementariedade entre os projetos GEF Áreas Privadas e GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia com o GEF Pró-Espécies (<http://proespecies.eco.br/>). Entretanto, o objetivo da reunião acabou se expandindo para agregar outros departamentos neste alinhamento, como o DAP/MMA.

Bernardo Strassburg (IIS) apresentou o projeto GEF Áreas Privadas e a metodologia de priorização espacial a ser desenvolvida pelo IIS para a determinação do valor de conservação em áreas privadas. Uma das propostas deste projeto é preencher parte da lacuna referente ao valor de conservação nestas áreas. Segundo Bernardo, esta ferramenta de priorização multicritério tem o potencial de subsidiar o desenvolvimento, implementação e reporte de políticas de biodiversidade em áreas privadas.

Antes de apresentar os detalhes, Bernardo fez uma introdução sobre o contexto de

desenvolvimento deste projeto. Ele informou que a origem do projeto se fundamentou muito na questão das Outras Medidas Espaciais De Conservação Efetivas (*Other Effective Area-Based Conservation Measures* - OECMs), e nas Metas de Aichi da Convenção de Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês). Durante muito tempo, as especificações sobre o que seriam as OECMs ficaram indefinidas, mas para as metas pós-2020 já se tem essas definições mais claras e elas passam a ter um papel maior no próximo *framework*. Ele informou que o trabalho desenvolvido pelo IIS em relação à priorização global para restauração orientou a escolha dos valores das metas a serem cumpridas até 2030 e 2050. A CBD solicitou que o IIS utilizasse a mesma abordagem para outros elementos da biodiversidade, para subsidiar o debate sobre as próximas metas e objetivos de conservação da biodiversidade. O que se pretende construir no projeto GEF Áreas Privadas já possui alinhamento com os critérios que serão utilizados para reporte de progresso que os países signatários da Convenção terão que fazer com relação às metas pós-2020, como é o caso do Brasil.

Bernardo apresentou as metas e objetivos do projeto GEF Áreas Privadas e sua estrutura, que é composta por três componentes diferentes. O Componente 1 diz respeito à implementação de projetos piloto para melhorar a conservação e a restauração em áreas privadas na Mata Atlântica (APA de São João) e no Cerrado (APA de Pouso Alto), o Componente 2 diz respeito a um acordo com empresas do setor florestal para reportar dados de conservação e restauração nas áreas mantidas por tais empresas, e o Componente 3 diz respeito a melhorias das capacidades públicas para o planejamento da conservação e da restauração em áreas privadas. O Componente 3 é dividido em duas grandes subestratégias, e o objetivo da reunião foi focado na subestratégia 3.2. Esta subestratégia tem como objetivo determinar o valor de conservação de áreas privadas e integrar este valor em políticas públicas e ferramentas de gestão do território para a conservação da biodiversidade e restauração da vegetação nativa visando diminuir a fragmentação da paisagem. As bases de dados referentes ao valor de conservação buscam identificar a contribuição relativa de áreas privadas para a conservação de múltiplos aspectos da biodiversidade, de forma a contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e relato do progresso das ações brasileiras para alcance das 20 metas para a conservação da biodiversidade no pós-2020.

Bernardo apresentou a metodologia de modelagem espacial que utilizará programação linear inteira para identificar áreas com alto valor de conservação, considerando critérios e cenários pré-definidos. Esta abordagem multicritério será focada em dois níveis de biodiversidade (espécies e ecossistemas) e em riscos ou ameaças atuais. A escolha das variáveis para representar esses critérios parte de uma proposta inicial construída no workshop do projeto com tomadores de decisão realizado em dezembro de 2019. A inclusão dos riscos/ameaças ainda cabe discussão com o MMA, se realmente fará parte das variáveis ou não. Uma vantagem da abordagem apresentada é que, uma vez executado todo o trabalho de valoração com vários critérios e diferentes pesos entre as variáveis, é possível definir qual o cenário ideal para ser utilizado em políticas públicas específicas.

Priscila Costa (CGTI) questionou quais bases de dados serão utilizadas e ressaltou o fato de que os níveis de informações disponíveis para os biomas são diferentes, questionando como a equipe estava pensando em lidar com essas diferenças. Otávio propôs uma reunião da DECO/MMA com o CGTI para discutir melhor alguns detalhes técnicos, e reforçou a necessidade de que as particularidades dos biomas sejam levadas em consideração. Ele mencionou, ainda, que não houve representatividade dos cinco biomas no workshop com tomadores de decisão, e estão previstos ainda pelo menos mais 02 eventos.

Roberta Holmes (DESP/MMA) destacou que a subestratégia 3.2 do projeto GEF Áreas Privadas possui alinhamento com o componente 1 do projeto GEF Pró-Espécies (ver <http://proespecies.eco.br/notices/pro-especies-seleciona-consultoria-para-realizar-analise-e-integracao-de-dados-espaciais-encerrada/>). Roberta explicou que no GEF Pró-Espécies são priorizadas as espécies que não ocorrem em unidades de conservação e que não são contempladas por instrumentos de conservação. Em geral, são priorizadas espécies pertencentes a grupos taxonômicos menos carismáticos, como invertebrados e peixes. O projeto tem como um dos objetivos melhorar a situação de 290 espécies que são ameaçadas (utilizam a classificação de espécies ameaçadas da lista nacional do MMA). Ela perguntou se no projeto GEF Áreas Privadas haverá priorização de alguns grupos de espécies e qual a classificação de ameaça utilizada.

Bernardo respondeu que há a possibilidade de se utilizar como insumos os produtos do GEF Pró-Espécies e comentou que poderia haver a priorização de grupos específicos, pois a metodologia é flexível para atribuir peso a grupos desejados, mas que isto deve ser definido junto ao MMA. Ele informou que será utilizada também a lista nacional de espécies ameaçadas para gerar a base de dados.

Otávio demonstrou preocupação com os prazos e disse que é necessário avançar nas bases de dados e no detalhamento das variáveis que serão utilizadas na modelagem. Ressaltou que a expectativa do DECO/MMA era que esse detalhamento aconteceria nessa reunião. Ele orientou que o ideal seria avançar com reuniões bilaterais sobre casos específicos, especialmente para os biomas em que a equipe do IIS não tem muita experiência.

Carlos Scaramuzza (IIS) acrescentou que, para além da articulação usual com o DECO/MMA, seria interessante aumentar o diálogo entre o IIS e os outros departamentos sobre questões técnicas específicas, e que o DECO/MMA poderia pensar em um melhor canal para isso. Rodrigo concordou com a proposta do Scaramuzza e que esse canal de comunicação seria um dos objetivos da reunião. Scaramuzza complementou que um dos indicadores do projeto é a incorporação da base de valor de conservação em pelo menos 3 políticas públicas, e que a colaboração com o GEF Pró-Espécies seria uma vantagem na reflexão sobre a escolha dessas políticas públicas.

Roberta mencionou que o GEF Pró-Espécies também tem como meta influenciar pelo menos três políticas públicas, e as políticas que tinham em mente eram o Bolsa Verde (que não está sendo implementado no momento), o Sicar, e o Planaveg, mas a viabilidade ainda está sendo analisada. Ela acrescentou que dentro do projeto eles apoiam a construção de alguns PANs em parceria com os estados. Ela ressaltou que o fato de a unidade de planejamento do GEF Áreas Privadas ser a propriedade vai ser muito útil para os PANs, já que muitas decisões envolvem proprietários. Ela indagou com quem Samuel, membro da equipe, pode entrar em contato diretamente para uma conversa mais técnica sobre a modelagem. Scaramuzza respondeu que pode ser enviado um e-mail sobre as questões técnicas para a Raísa Vieira, com cópia para ele, Renato Crouzeilles e a Unidade de Coordenação do Projeto GEF Áreas Privadas que fica no DECO.

Samuel Schwaida (DESP/MMA) informou que no GEF Pró-Espécies foram feitas atualizações da análise nacional de espécies ameaçadas: cruzaram os dados da distribuição das espécies com dados de Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UCs) e Áreas Militares (que também são consideradas áreas com potencial de conservação complementar às UCs). O projeto tem 24 territórios escolhidos pelas análises, mas alguns foram excluídos por estarem contemplados em outros projetos. Ele sugeriu como critério a ser utilizado no GEF Áreas Privadas, a atribuição de



menor peso para áreas que já são contempladas por outras estratégias de conservação.

Bernardo acrescentou que o *timing* continua sendo o original do projeto, com previsão de que as bases de dados de valor de conservação do Cerrado e Mata Atlântica estejam prontas para a avaliação de meio termo do projeto (outubro 2020). Ele complementou que essa interação é importante para otimizar esforços e troca de aprendizados, não sendo limitada a esses dois projetos.

Betânia Fichino (DAP/MMA) perguntou se a seleção das áreas privadas é limitada às Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL) ou se é considerada a propriedade como um todo. Bernardo respondeu que envolve APP, RL e todos os demais remanescentes de vegetação nativa. Ele indagou sobre como o projeto GEF Áreas Privadas poderia ser potencialmente útil para o DAP, considerando que um dos objetivos do projeto é clarificar melhor o valor de conservação dessas áreas privadas, e se há algum trabalho de identificação desse valor em curso. Betânia respondeu que o Brasil já reconhece o valor das OECMs, mas atualmente não tem a mensuração deste valor. Acabam sendo reportadas as TIs e UCs porque essas áreas já têm formas de medição estabelecida, mas em paralelo há essa discussão sobre como incluir essas outras OECMs nas mensurações e como medir esse valor. Ela concluiu que o GEF Áreas Privadas tem um potencial em contribuir para avançar nessa discussão.

Bernardo sugeriu que seja dado prosseguimento com DAP sobre o assunto específico sobre as OECMs. Rodrigo concordou, lembrando de acrescentar o DECO nas discussões, sempre copiando o email da UCP do Projeto (gef-areasprivadas@mma.gov.br). Betânia esclareceu que Renata e Lia seriam os pontos focais.

Ficou encaminhado que, além da memória da presente reunião, seriam enviadas a apresentação feita por Bernardo, o artigo da *Nature Ecology and Evolution* de 2019, a relatoria e a planilha de variáveis do workshop com tomadores de decisão.